

## SUMÁRIO EXECUTIVO

# PESQUISA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO PROGRAMA BOLSA VERDE

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, março de 2016

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

## SUMÁRIO EXECUTIVO

---

### PESQUISA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO PROGRAMA

### BOLSA VERDE

#### 1. Apresentação

O presente documento apresenta os principais resultados discutidos no relatório final da **Pesquisa de Avaliação Qualitativa do Programa Bolsa Verde**, composta por pesquisas de campo etnográficas realizadas por servidores do **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)** em cinco territórios cobertos pelo Programa Bolsa Verde (BV), tendo por objetivo produzir uma avaliação qualitativa sobre o programa e as condições de vida de seus beneficiários.

O plano de avaliação qualitativa do Programa Bolsa Verde foi desenvolvido em cooperação pelas Secretarias de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (SESEP), contando com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (Incra).

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde – é um programa de transferência de renda com condicionalidades socioambientais, implantado no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (BSM) em 2011 (Cabral et al., 2014). Ele integra o eixo de Inclusão Produtiva Rural do BSM e tem como público-alvo famílias em extrema pobreza que desenvolvem atividades de conservação ambiental em áreas com relevantes ativos e recursos naturais.

A Lei nº 12.512/2011 e o Decreto nº 7.572/2011 são as principais normativas que regulam seu funcionamento. Os objetivos específicos do programa são:

- incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;
- promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas; e
- incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

O Programa prevê transferência de renda no valor de R\$ 300,00 a cada três meses, para famílias em situação de extrema pobreza, definidas no Plano Brasil Sem Miséria como aquelas com renda per capita de até R\$ 77,00 ao mês, estando a transferência condicionada à conservação e ao uso sustentável dos ativos ambientais que acessam. Após a verificação dos critérios sociais e ambientais, a família deverá assinar o Termo de Adesão do Programa Bolsa Verde, por meio do qual manifestará o interesse em se tornar beneficiária do Programa e assumirá, como contrapartida, o compromisso de desenvolver atividades de conservação e uso sustentável, em conformidade com as normas de uso e gestão dos recursos ambientais da área onde vive.

Em março de 2016<sup>1</sup> o Programa beneficiava um total de 76.795 famílias, distribuídos da seguinte forma:

---

<sup>1</sup> Dados visualizados no sítio do MMA, em 25/03/2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141>>

**Quadro 1 - Distribuição de beneficiários por órgão gestor**

ICMBIO	26.434
INCRA	44.199
SPU	6.162
<b>TOTAL</b>	<b>76.795</b>

Assim, os trabalhos de campo dessa pesquisa tiveram como objetivo levantar informações que pudessem subsidiar a compreensão das formas de implementação do Programa Bolsa Verde em diferentes unidades territoriais e do papel do mesmo no que tange à conservação ambiental das áreas onde se encontram os beneficiários. Nesse sentido, a pesquisa visava produzir uma análise qualitativa sobre o BV e seus beneficiários. Dentre seus objetivos constavam verificar *in loco* as seguintes dimensões nas unidades territoriais (UTs) selecionadas: perfil das UTs; perfil das famílias e modos de vida; compreensão sobre conservação ambiental; relação das famílias com o meio em que vivem; relação dos beneficiários com o BV; e avaliação dos beneficiários sobre o BV.

## 2. Metodologia

Os trabalhos de campo tiveram duração de 7 a 15 dias, a depender do contexto, e se ampararam nos métodos da etnografia moderna, que visa coletar dados concretos sobre os fatos observados e por meio disso formular inferências gerais sobre o contexto. Para isto, os pesquisadores recorreram à realização de entrevistas semiestruturadas com representantes das famílias e a conversas informais, além da observação, registro em diário de campo e registro fotográfico de suas atividades.

Para essa etapa qualitativa da pesquisa, foram visitadas cinco áreas onde residem beneficiários do Programa Bolsa Verde. A seleção das áreas estudadas visou captar uma diversidade de situações típicas a partir de critérios discutidos com os órgãos gestores, tais como: pelo menos uma área representante de cada órgão gestor (ICMBio, INCRA e SPU); Unidades Territoriais de diferentes tipos (Resex, Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária e territórios ocupados por ribeirinhos); número significativo de beneficiários do PBV; taxa de cobertura vegetal, em que se tenham áreas com diminuição expressiva e aumento ou manutenção da taxa de cobertura, para comparação; biomas diferentes, mas contemplando especialmente o bioma amazônico, bioma mais típico do Programa, entre outros. O quadro a seguir apresenta os nomes e outras informações das áreas de estudo:

**Quadro 2 - Características gerais das áreas pesquisadas**

UF	Município	Bioma	Órgão Gestor	Nome da Unidade	No. de beneficiários	Proporção de famílias beneficiárias (%)
PA	Santarém	Amazônia	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	1642	52,52
PA	Abaetetuba	Amazônia	SPU	*	1091	16,85
AM	Manacapuru	Amazônia	INCRA	PAE Cabaliana I	403	34,74
PB	Monteiro	Caatinga	INCRA	PA Santa Catarina	92	37,79
BA	Maragogipe	Mata Atlântica	ICMBio	RESEX Baía do Iguape	375	45,99
* Áreas da SPU não possuem nomes da Unidade						

No total, os pesquisadores de campo realizaram 60 dias de observação participante, durante os quais mais de 130 entrevistas semiestruturadas

foram realizadas. Foram ouvidos gestores locais das áreas pesquisadas, lideranças comunitárias, chefes de família, homens e mulheres de diversas idades, bem como idosos e moradores antigos das comunidades. Alguns destes eram beneficiários dos programas Bolsa Família e Bolsa Verde, outros tinham acesso ao BPC e haviam aqueles que não estavam em nenhum destes programas. A pesquisa alcançou famílias com filhos em idade escolar, bem como casos em que os jovens da família já trabalham. Enfim, pode-se argumentar que o escopo alcançado de diversidade dos moradores das comunidades é bastante amplo.

### **3. Resultados**

#### **3.1. Perfil das Unidades Territoriais visitadas**

Uma das primeiras características comuns a todas as unidades pesquisadas é que as comunidades tinham um marcado nível de associativismo local por meio de associações de moradores, colônia de pescadores ou sindicatos de trabalhadores rurais. De modo geral, a atuação das associações é bastante presente em termos de representação de interesses da comunidade frente ao poder público, na organização de atividades produtivas e lúdicas, como festas religiosas e campeonatos esportivos. Nas áreas em que a pesca é uma atividade forte, por exemplo, as associações ou colônias de pescadores são também o meio pelo qual os moradores podem acessar benefícios como o Seguro Defeso, o que reforça seu papel de protagonista na área.

No que diz respeito às áreas essenciais da educação e da saúde, os relatos tornam-se mais diversos. Em termos da educação, todas as áreas têm escolas instaladas na localidade que lecionam pelo menos o ensino fundamental, sendo que em algumas áreas as escolas cobrem todo o ensino básico. Algumas áreas visitadas contavam também com educação voltada para adultos. Nas

áreas onde não é possível estudar por todo o segundo grau os estudantes devem se dirigir à sede do município ou a outro aglomerado urbano. Mesmo assim, a educação foi apontada com frequência como um campo de melhoria nas últimas décadas.

Já na questão da saúde, há bastante variação em termos de estrutura e atendimento. Em alguns casos não há equipamento de saúde pública instalado na comunidade, situação em que é usual a visita periódica de Agentes Comunitários de Saúde. Contudo, alguns entrevistados criticaram a periodicidade das visitas e apontaram a necessidade de recorrer a consultas particulares por falta de acesso na rede pública. De qualquer modo, é notório que procedimentos e tratamentos mais complexos devam ser realizados fora das comunidades e ressalta-se que o deslocamento a partir destas áreas pode ser bastante custoso, tanto em tempo quanto em recursos financeiros.

Em questões estruturais como o acesso à energia elétrica, parece haver uma característica predominante de melhorias promovidas na última década. À exceção de uma área, as demais comunidades da pesquisa possuíam acesso constante a energia elétrica, e em diferentes momentos os pesquisadores ressaltam que as falas das pessoas iam no sentido de apontar esse fato como uma mudança muito positiva ocorrida nos últimos anos.

Se o fornecimento de energia foi indubitavelmente uma melhoria estruturante na vida dessas pessoas, ainda parece haver muitos desafios no campo de saneamento básico. Isso porque algumas das comunidades pesquisadas não tinham acesso à água de qualidade para consumo humano, sendo que em um dos casos a escassez da água é um dos principais problemas enfrentados pelas famílias. No caso de áreas afetadas pela seca, a rotina de quem mora na área rural e vive da produção de seus roçados tem necessidades hídricas que não são satisfeitas apenas com as águas coletadas por cisternas ou poços. O mesmo pode ser dito sobre a falta de sistemas de

esgotamento adequados e de maneiras de lidar com o lixo produzido pelas pessoas, que muitas vezes acaba sendo despejado diretamente nas águas locais, contaminando a água utilizada para consumo nos domicílios.

Sobre o lixo, ressalta-se um dos estudos de caso em que a comunidade se esforçava em dar finalidade adequada para seus dejetos, mas a maré do rio em que vivem trazia um enorme volume de lixo despejado inadequadamente pela cidade próxima. Isso cria uma situação controversa apontada pelos entrevistados, em que apesar de seus esforços, reconhecidos como uma atitude de conservação ambiental, suas casas estavam sempre cercadas de muito lixo, como plásticos e embalagens.

### **3.2. Perfil das famílias e modos de vida**

Em relação às atividades produtivas das famílias, há uma concentração das atividades vinculadas à agricultura familiar, pesca, mariscagem, criação de animais e extrativismo, destacando-se a forte presença do plantio da mandioca (produção da farinha) e da extração do açaí, fruto bastante presente na região Norte, onde a maioria dos estudos foi realizada. Nas conversas sobre a roça e o cultivo das mandiocas, alguns dos relatórios enfatizavam que a principal reclamação era a dificuldade de transporte do produto e a variação dos preços da farinha. Algo semelhante ocorria com o açaí, que sofre com variação do preço e de sua produção sazonal. As famílias também costumam ter pequenas criações de animais para consumo próprio e como forma de uma reserva financeira a ser comercializada em momentos de necessidade.

Uma questão que afeta fortemente a segurança alimentar e a renda das famílias são as mudanças sazonais pelas quais passam as regiões estudadas. Isso é bem visível no caso em que as áreas são fortemente afetadas pela seca,

ou pela situação oposta, de cheia extrema, ou até mesmo, períodos de safra e entressafra de determinadas culturas. Em todo caso, essas situações extremas prejudicam muito a produção das famílias, sendo notável que programas de transferência de renda sejam apontados pelos entrevistados como um recurso que atenua a situação de falta de alimentos durante momentos difíceis para toda a comunidade. Nesse sentido, destacam-se como fontes importantes de entrada de recursos financeiros nas comunidades as aposentadorias rurais, os benefícios de Prestação Continuada (BPC) e os programas de transferência de renda condicionada, o Bolsa Família e o Bolsa Verde.

Em algumas das áreas foi constatada a presença de atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural para a adequação e melhoria da produção nas comunidades. Contudo, em contextos distintos a falta de uma orientação técnica é muito sentida e expressa nas falas dos entrevistados.

### **3.3. Compreensão e práticas sobre conservação ambiental**

Uma das questões amplas que guiaram os estudos de caso desta pesquisa envolvia a pergunta sobre o que as famílias entendiam como conservação ambiental e a que práticas este entendimento leva. Ao considerar a hipótese de que os termos de adesão e os instrumentos de gestão das áreas pudessem não ser totalmente compreendidos (ou mesmo conhecidos) pelos beneficiários, fez-se necessário entender representações sobre conservação dessas pessoas e como eles se relacionam e são mediadas (ou não) por ações de gestores ambientais e outros atores relevantes.

Nesse sentido, nas questões em que as conversas buscavam explorar os entendimentos das pessoas sobre a conservação ambiental, com bastante frequência as respostas faziam referência a termos mais gerais e difusos, como “não derrubar a mata”, “não desmatar”, “preservar”, “não acabar com a

floresta e os animais”, “não destruir a mata”, “não deixar o fogo passar”. Por outro lado, em alguns relatos a ideia de conservação aparecia mais diretamente ligada a práticas cotidianas e produtivas como: não jogar lixo na maré; não pegar marisco pequeno; não pegar caranguejo “na andada” (época de reprodução); não pescar no período do defeso, realizar o manejo correto do açazal.

Nos relatórios feitos a partir de pesquisa de campo, foi perceptível a diferença no padrão de atuação entre os diferentes órgãos gestores das áreas no que diz respeito a uma maior ou menor ênfase no trabalho de conscientização e reforço de práticas de conservação ou de uso sustentável dos recursos.

De qualquer modo, o tema da conservação ambiental parece ter se tornado mais frequente com o advento do PBV. Em linhas gerais, no que tange à problemática da conservação ambiental nas áreas, pode-se dizer que essa é bem compreendida pela maioria dos comunitários, mesmo que eles não a coloquem em conceitos abstratos ou na linguagem do Estado. Para a maioria, está claro o que deve ou que o que não deve ser feito na área.

Em outro aspecto, revela-se uma tendência a um convívio ambientalmente responsável com o bioma, uma vez que a garantia de renda a partir do Programa (que se reverte em segurança alimentar e capacidade de consumo regular de bens de primeira necessidade) mitiga a necessidade de práticas predatórias motivadas por períodos difíceis (pragas, seca, doenças) ou como simples estratégia de garantia de uma produção mínima.

Entretanto, é importante ressaltar que os potenciais efeitos do programa são limitados. Por isso, o tema amplo da conservação ambiental deve ser trabalhado não somente nas comunidades beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde, mas também levando em consideração o contexto em que elas estão inseridas. Em suma, como expresso por diversos beneficiários, a conservação

ambiental nas regiões pesquisadas não depende somente das famílias nas comunidades em áreas de proteção e restrição de uso. Variações climáticas que modificam profundamente o ambiente e externalidades de grandes empreendimentos, por exemplo, são fortemente sentidas nas comunidades.

### **3.4. Relação das famílias com o meio em que vivem**

Enquanto extrativistas, pequenos agricultores e pescadores, as atividades produtivas são caracterizadas pela sazonalidade e pela irregularidade quanto ao rendimento. Um desdobramento disso é que o sustento dependente de marés e safras não permite às famílias “fazer fiança”, isto é, ter a garantia dos ganhos futuros e uma segurança financeira. Por isso, o mais próximo dessa segurança financeira, para muitos, ainda são os benefícios recebidos, tal como o BF, o BV, as aposentadorias e o BPC.

Por outro lado, de diferentes maneiras os relatórios narram que o sentimento de pertença ao bioma em que vivem é fundante de uma identidade comunitária. É por essa via que muitas vezes a afirmação da identidade de “morador da ilha”, “ribeirinho” ou “assentado”, por exemplo, é expressa em oposição ao modo de vida urbano. A vida na zona rural foi dita como melhor em diversos relatos por estar mais afastada da violência que acomete os grandes centros urbanos. Haveria, ainda, um sentimento maior de comunidade (rede de apoio e suporte) e uma percepção que o custo de vida da cidade seria superior (muitos produtos que na cidade seriam pagos, na zona rural, poderiam ser obtidos diretamente, isto é, colhidos, plantados ou pescados).

A relação que os entrevistados exprimem com o trabalho parece também ter passado por alterações bem significativas. Em termos de mudança de comportamento, nas entrevistas aparecia com frequência a noção de que

agora é preciso menos trabalho para se ter uma vida melhor, especialmente comparada à vida que gerações passadas tiveram na região – os mais velhos narravam uma rotina extremamente árdua e penosa de trabalho em um passado não tão distante, sendo que agora as novas gerações teriam mais tempo para estudos e para lazer, por exemplo.

### **3.5. Relação e avaliação dos beneficiários com e sobre o PBV**

Quando os pesquisadores analisam a compreensão sobre o PBV, é constante o diagnóstico de que existe uma dificuldade de entendimento no que se refere à entrada no Programa. Exemplo disso é que, com frequência, a referência a um programa específico para a conservação ambiental era feita com o nome de “Bolsa Floresta”, em especial no Amazonas, onde de fato existiu um Programa com esse nome.

No que diz respeito à forma que tomou conhecimento do Programa, o “boca a boca” na comunidade onde moram e as “reuniões”, normalmente convocadas pelos líderes comunitários locais, e com a presença de servidores dos órgãos gestores, eram os meios mais comuns.

De uma maneira geral, os relatórios descrevem que os beneficiários conseguem apontar a assinatura do Termo de Adesão como momento de entrada no Programa, mas seu conteúdo era pouco conhecido. Via de regra, os beneficiários não foram capazes de apontar regras precisas ou o conteúdo do documento. Um dos relatórios enfatiza que se lembram, contudo, de assinarem uma folha com o “desenho de uma árvore grande”. Este diagnóstico vai em sentido similar àquilo que foi registrado pela pesquisa de Monitoramento Amostral do PBV (Brasil(a), 2015: 4), que constata que 75% dos respondentes declararam não terem recebido orientações sobre o Programa Bolsa Verde.

De maneira geral, nas comunidades pesquisadas aparecem referências esparsas sobre a questão da conservação ambiental vinculada à área em que viviam, mas sem associar concretamente algumas de suas práticas como uma regra ou restrição vinculada a um instrumento de gestão. Por isso alguns pesquisadores de campo apontam uma associação geral ao cuidado e à preservação da natureza (“se é verde, tem a ver com natureza”), mas afirmam que os beneficiários não reconhecem a conservação como uma condicionalidade. Isto é, não vinculam a participação no Programa a alguma contrapartida mais concreta ou prática, contraste notório ao que ocorre com o Bolsa Família e suas condicionalidades.

Sobre diferentes benefícios, algumas pessoas sabiam distinguir o Programa Bolsa Família do Programa Bolsa Verde, porque diziam saber que o benefício do Bolsa Verde é para conservação do meio ambiente. Outros sabiam apenas diferenciar os dois em termos de valor do benefício e sua periodicidade e alguns diferenciavam ainda os usos do dinheiro. Apenas um dos relatórios aponta um contexto em que as pessoas fazem pouca diferenciação entre os benefícios, muito por não terem internalizado a finalidade ambiental do BV, na visão da pesquisadora.

No entendimento sobre o Programa, a grande maioria dos entrevistados sabia que o Bolsa Verde era pago a cada três meses e que seu valor era de R\$300,00. Alguns dos estudos afirmam que as pessoas acham a periodicidade de três meses positiva, enquanto outros descrevem que os beneficiários afirmam que se o repasse fosse mensal seria melhor. De qualquer modo, um efeito expresso da trimestralidade do benefício é que diferentes beneficiários ressaltaram o valor mais significativo do BV, repassado trimestralmente, propicia a fazer alguma compra mais robusta, seja de um item mais caro ou de um “rancho” (comida), pois o valor acumulado “capitaliza mais a pessoa”, “você pega um dinheiro maior e resolve uma situação”. Alguns interlocutores também

revelaram que há um investimento do benefício do Bolsa Verde nas atividades produtivas, e que seria comum o uso do recurso para a compra de material para a pesca (redes, anzóis) e insumos de produção, tais como terçados (facões), botas, roupas.

Em dois estudos de caso não há problemas quanto à logística para o recebimento, enquanto os demais relatórios descrevem situações adversas e custosas para acessar os benefícios. Algumas comunidades estão localizadas a algumas horas de barco ou de transporte terrestre do município mais próximo. A depender da dificuldade e do custo da locomoção, as famílias desenvolvem algumas estratégias. Uma destas seria apenas ir à cidade nos meses que recebem o BV, quando aproveitam para vender alguns produtos. Pode-se afirmar, portanto, que em alguns casos financiar a ida à cidade é um impacto indireto do Programa.

Uma das principais reclamações no que diz respeito ao BV registradas nos relatórios de pesquisa de campo é a de que nas falas dos entrevistados há pessoas que deveriam receber o benefício e que não o recebem. Muitas das famílias que não recebem o benefício não conseguem compreender o fato de terem assinado um Termo de Adesão e não estarem entre os que recebem o recurso, mesmo tendo perfil para serem beneficiárias.

Em alguns relatos surgiu a ideia de que os valores do Bolsa Verde eram mais justos do que os do Bolsa Família, pois eram “iguais para todo mundo”. O porquê de se ter uma diferença de valores entre os benefícios do Bolsa Família, na maior parte das vezes, não era compreendido pelas famílias, gerando a sensação de que algo estaria errado nessa conta. Assim, o fato do Bolsa Verde distribuir um valor de benefício igual para todas as famílias beneficiárias era visto como algo positivo, uma vez que todos os beneficiários, em tese, compartilham das mesmas condições de vida na área de proteção (“vivem da maré”, “da pesca” ou “da roça”, por exemplo).

### 3.6. Os gestores e o Programa

O foco principal da pesquisa eram os beneficiários do BV e suas famílias, mas os pesquisadores de campo coletaram, também, informações sobre como os gestores locais (servidores dos órgãos responsáveis pelas áreas visitadas) entendem as dinâmicas de participação no Programa. Em um dos relatos mais incisivos, a experiência do atual gestor com o Programa Bolsa Verde não aparece como muito positiva. Em seu discurso ele tece críticas no sentido do “Programa vir de cima pra baixo”, sendo que os servidores do seu órgão não conseguem responder o porquê de as pessoas não receberem o benefício em virtude da falta de acesso, no nível local, a informações. Esse processo de atendimento demanda muito tempo e sua equipe é pequena, enfatiza. Em sua fala, este gestor afirma que agora as pessoas só vão atrás do órgão para a obtenção do benefício e que, por isso, “viraram banco”. A seu ver, isso teria levado a um processo de desmobilização da comunidade, que se preocupam mais com o valor e a obtenção do benefício do que com outros aspectos que dizem respeito à vida na unidade territorial.

Apesar dessa crítica, os pesquisadores de campo não constataram uma menor mobilização das comunidades visitadas em função da entrada do benefício. Pelo contrário, em alguns casos a possibilidade de acesso ao BV fez com que as famílias formalizassem sua situação de assentado ou ribeirinho frente ao órgão responsável, processo comumente feito via associações de moradores.

## 4. Recomendações

Dentre os pontos mais ressaltados em praticamente todos os relatórios de campo estão as deficiências no que diz respeito à comunicação do Programa, tanto junto aos órgãos locais, quanto aos beneficiários. Desse modo, objetivos, critérios de elegibilidade e a condicionalidade ambiental são muito pouco apropriados pelas famílias. Seria uma recomendação importante que se faça uma campanha de comunicação com os beneficiários, bem como com os gestores (como para informá-los dos mecanismos disponíveis para o monitoramento da condicionalidade e dos fluxos com a gestão local do Cadastro Único).

Além disso, de diferentes maneiras os relatórios tecem sugestões no sentido de que os órgãos envolvidos com o Programa Bolsa Verde devem estabelecer metas de conservação mais claras e comunicá-las adequadamente. De mesmo modo, sugerem fortalecer os momentos de conversas com os beneficiários do PBV para que o critério da renda fique mais claro e não só o fato de morar em uma área de proteção ambiental seja entendido como condição para participar do Programa. Por outro lado, a transmissão dessas metas de conservação deve ser apresentada de modo que o público do BV consiga entender. Por isso, sugere-se estudar a possibilidade de ampliar a apresentação não textual dos objetivos do Programa.

De qualquer modo, parece haver uma necessidade de revisão dos Termos de Adesão, pois a linguagem usada nos termos está longe de ser compreensível pelos seus beneficiários. Sugere-se que os termos sejam reelaborados, com linguagem clara e acessível, de modo a explicar os critérios e as condicionalidades do programa.

Pelos relatos de problemas causados, percebe-se a importância de não terceirizar o ato de cadastramento no Bolsa Verde (como no caso da

contratação da empresa Prover), pois esse processo parece ter trazido muito mais prejuízos do que benefícios, como a desconfiança por parte daqueles que não recebem o benefício mesmo tendo assinado o Termo. Um desdobramento dessa sugestão é a necessidade de estabelecer um protocolo de cadastramento que não dependa de grandes ações de entrada no Programa, como os mutirões e a contratação de empresas.

O diagnóstico feito pelas pesquisas de campo aponta, também, para a possibilidade de que, no âmbito do Brasil Sem Miséria, o PBV seja mais articulado com atividades de inclusão produtiva rural, uma vez que se há demanda e se observou a importância desta articulação na ponta. Para tanto, se faz necessário que a gestão local do Programa possa se articular mais fortemente com iniciativas para a inclusão produtiva.

Por último, a partir dos relatórios de campo, depreende-se que os pesquisadores argumentam pela manutenção do Programa Bolsa Verde, que é relatado como muito importante para a manutenção de um estilo de vida das comunidades e parece de fato contribuir para a diminuição do impacto ambiental da produção e modo de vida das famílias nos locais estudados. É válido mencionar, também, o Relatório Final do monitoramento amostral do Programa Bolsa Verde – Ano Base 2014 (Brasil(a), 2015: 4), quando aponta que os 81% dos respondentes afirmam que o “recebimento do benefício traz um impacto alto ou muito alto na melhoria da sua condição de vida”.

## **Ficha Técnica**

### **Execução**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI  
Secretaria Extraordinária De Superação Da Extrema Pobreza – SESEP

### **Coordenação Geral**

Bruno Teixeira Andrade  
Marco Antonio C. Natalino

### **Pesquisadores**

Danilo Mota Vieira  
Isabele Villwock Bachtold  
Juliana França Varella  
Marina Farias Rebelo  
Pedro Stoeckli Pires

### **Unidades Responsáveis**

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Secretário Paulo Jannuzzi

### **Diretor de Avaliação**

Alexandro Rodrigues Pinto

### **Coordenador Geral de Resultados e Impacto**

Marco Antonio C. Natalino

### **Equipe de acompanhamento da pesquisa**

Danilo Mota Vieira  
Isabele Villwock Bachtold  
Juliana França Varella  
Marina Farias Rebelo  
Pedro Stoeckli Pires

### **Colaboradores**

Feruccio Branco Bilich  
Janine Mello dos Santos  
Luzia Maria Cavalcante de Melo

### **Diretora de Gestão e Acompanhamento da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza**

Janine Mello dos Santos

### **Gerente de Projetos da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza**

Bruno Teixeira Andrade

### **Revisão do Sumário Executivo**

Marco Antonio C. Natalino

### **Diagramação do Sumário Executivo**

Diego Cruz de Sousa